



UM DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA DIFERENÇA NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO

Alexandre Augusto e Souza

Mestrando em Educação e Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em Design Gráfico pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). É membro do Grupo de pesquisas Episteme (Programa de Pós-Graduação em Educação/UERJ). E-mail: augustoesouza@gmail.com.

Resumo: As políticas de currículo são o tema deste artigo e o debate proposto trata a questão da diferença nas políticas curriculares. Busca-se compreender como é interpretada a diferença nas políticas de currículo, por meio da apreensão dos conceitos sobre política, currículo e diferença, bem como suas possíveis articulações. A pesquisa bibliográfica foi adotada como caminho de investigação e destacam-se as produções recentes sobre política curricular e a diferença, de Elizabeth Macedo e Alice Lopes, numa perspectiva pós-fundacional. Na perspectiva pós-fundacional compreende-se as políticas enquanto disputas por significação e a diferença é conceitualmente defendida como indecível e imprevisível. Constatam-se, com base nos estudos sobre políticas de currículo, a produção de inúmeras exclusões, o desejo de localizar e controlar o outro, o diferente.

Palavras-chave: Currículo. Políticas de currículo. Diferença.

A DEBATE ON THE ISSUE OF DIFFERENCE IN CURRICULUM POLICIES

Abstract: Curriculum policies are the theme of this article and the proposed debate addresses the issue of difference in curricular policies. It seeks to understand how the difference in curriculum policies is interpreted through the apprehension of concepts about politics, curriculum and difference, as well as their possible articulations. The bibliographical research was adopted as a way of investigation and the recent productions on curriculum policy and the difference, of Elizabeth Macedo and Alice Lopes, in post-foundational perspective. In the post-foundational perspective, understand the policies while disputes over meaning and the difference is conceptualized and defended as undecidable and unpredictable. Notes, on the basis of studies on curriculum policies, the production of numerous exclusions, the desire to locate and control the other, the different.

Keywords: Curriculum. Curriculum policies. Difference.

“O passado é tão imaginário quanto o futuro”.

Zigmunt Bauman

Introdução

O tema do artigo é sobre política curricular, e a diferença nas políticas de currículo é a questão a ser debatida. O objetivo desta produção é compreender como a diferença é interpretada nas políticas curriculares, por meio de conceituações sobre política, currículo e diferença e suas possíveis articulações.

A pesquisa foi realizada por meio de uma investigação bibliográfica, nas produções recentes de Elizabeth Macedo e Alice Lopes, sobre políticas de currículo e diferença, nos periódicos e livros da área da educação. De acordo com Lima e Miotto (2007), pode-se entender, simplificada, que a pesquisa bibliográfica é composta por três momentos. O primeiro, da investigação bibliográfica, refere-se à seleção do material a ser investigado, iniciando pelo tipo de material a ser consultado, se documentos, dissertações e teses ou periódicos. No segundo, ocorre o levantamento das informações contidas no material empírico que fará parte da pesquisa; informações que serão organizadas e que deverão passar por leituras sucessivas. O terceiro, refere-se à análise das informações, com fins de reflexão e proposição.

O material de pesquisa foi selecionado a partir da bibliografia presente no currículo de Alice Lopes e Elizabeth Macedo, na Plataforma Lattes, do CNPq, pela representatividade institucional das autoras nos espaços acadêmicos de estudos sobre currículo, tanto no Brasil quanto no exterior. Privilegiou-se as produções contendo os descritores currículo, políticas de currículo e diferença. Lopes e Macedo são pesquisadoras da área da educação e do currículo; as autoras são vozes dissonantes no debate nacional sobre o tema e questionam, por exemplo, a necessidade de constituição de uma base curricular comum, destacando o apagamento das diferenças nas políticas curriculares atuais.

A exposição do texto será realizada, então, a partir de três momentos: [1] o currículo como política e poder; [2] apontamentos teóricos sobre a diferença; e [3] a diferença nas políticas de currículo. Destaca-se a perspectiva teórico-conceitual apropriada por Elizabeth Macedo e Alice Lopes para as análises sobre política, currículo e diferença. O texto foi organizado a partir da adoção teórica proposta. Ressalta-se que os itens destacados não podem

ser compreendidos separadamente, pois estão dispostos em constantes aproximações e imbricações, descartando um processo linear, segmentado e hierarquizado de análise.

Referenciais teóricos para discussão

Considera-se, para início de exposição do texto, a apresentação teórica-conceitual sobre os referenciais apropriados, que subsidiarão a produção do debate sobre a diferença nas políticas de currículo. Verificam-se alguns referenciais recorrentes nos textos de Elizabeth Macedo e Alice Lopes: Ernesto Laclau (discurso), Homini Bhabha (cultura) e Stephen Ball (política) subsidiam as autoras, destacando-se as articulações para além da dimensão estatal (Ball), a produção de sentidos negociados (Laclau) e a ambivalência das relações (Bhabha). Estudos sobre as relações, suas articulações, em constituições e desdobramentos, de modo provisório e contingente, em processos de disputa.

Considerando os textos acessados, propõe-se que as relações são produzidas nas articulações, por componentes dispersos, não fixados, de modo provisório e não recíproco. Significa que não existe uma organização ou uma concentração pré-formada, já que as composições são provisórias, imprimidas pela fragilidade de sua constituição, pelas múltiplas intencionalidades de seus participantes. Afirma-se, nesse entendimento, que as ações não são uma relação de causa e efeito, ou que haja uma reciprocidade, uma ação sob medida para cada intenção. As ações se constituem nas contingências e por elas se recompõem constantemente.

Não se propõe um relativismo, já que se admite, pelo arcabouço teórico-conceitual adotado, que em algum momento, certas articulações tornam-se proeminentes e predominantes, capazes de promover desdobramentos no âmbito do conjunto de ações/intencionalidades em curso. As articulações, fruto das relações em incessantes disputas, promovem deslizamentos, estão sempre em aberto e são dinamizadas por meio de aproximações. Entende-se que não existem acordos fechados, imutáveis e, se fechados, esse fechamento é provisório e nunca será total, visto que as intencionalidades são difusas, incontroláveis.

Propõe-se a compreensão de que no jogo de disputas, as ações não sejam constituídas a partir de oposições ou por subordinações. Vínculos são constituídos e reconstituídos pela similaridade de sentidos partilhados, pela interpretação, provisória, num esforço de aproximação, em certo tempo e espaço, entre os que estão compondo certas articulações.

Articulações que se desdobram por ações performáticas, através de emergências e projeções, de apelação imagética. As articulações, provisoriamente proeminentes e predominantes, se utilizam de um conjunto de imagens, capazes de promover sentidos agregados. São imagens produzidas pela emergência, como elemento de convencimento, bem como de projeção, pelo potencial de alcance, de esperança e realização.

Não se poderia deixar de destacar, nos textos acessados, a ideia de hibridismo, conceito que amplia o entendimento de que os discursos e os sentidos produzidos são forjados no antagonismo das ações. Discursos constituindo-se de rastros e de empréstimos. Significa dizer que há uma profusão de sentidos, interagimos com eles, não são puros, são vestígios do que já foram. Também são empréstimos, agimos e adotamos discursos e possibilidades. No híbrido, não se pode falar em algo dado, puro, pronto e completo. O híbrido é uma imbricação de cópias, de rastros e empréstimos, de aproximações e distanciamentos. Ativado por escapes, promove o adiamento de sentidos, fissurando a aparente estabilidade.

O currículo como política e poder

O primeiro movimento de discussão, rumo ao debate sobre a diferença nas políticas de currículo, é a apresentação sobre currículo por Elizabeth Macedo e Alice Lopes (MACEDO, LOPES, 2011a, 2011b; MACEDO, 2006a, 2006b), constituindo-o como política e poder. A política está para além da dimensão estatal. São relações que ocorrem dentro e fora do âmbito do Estado, institucionalizadas ou não, coletivas ou individuais. Um poder difuso, em processo e precário, que está sendo, em múltiplos centros provisórios, constituídos por apostas possíveis, marcadas pelas incertezas. “A concepção de política começa também a se apartar da visão restrita às ações dos órgãos governamentais e [...] passa a ser encarada de forma processual, envolvendo negociação, contestação e luta [...]” (MACEDO; LOPES, 2011b, p. 236).

A política, proposta como negociação, é constituída por ações não polarizadas, não fixas, porém oblíquas, não precedidas por, ou condicionadas para algo. É inconstante e incompleta, por isso, incessante. Uma política realizada *lá, aqui* e, de repente, por um “[...] sujeito cindido, um sujeito a quem falta algo, [...] condição para a ação [...]” (MACEDO; LOPES, 2011b, p. 253).

Macedo e Lopes (2011b) reconhecem a constituição de múltiplos centros de poder, provisórios e contingenciados, disputando e ampliando possibilidades de centralização, desejando suprimir ou encobrir os conflitos, instituindo/institucionalizando a política como dado e o poder como um reflexo, “[...] uma compreensão da política que valoriza sua dimensão formal: [contendo] diretrizes e definições apresentadas em documentos assinados por instituições executivas e legislativas do Estado” (MACEDO; LOPES, 2011b, p. 234, grifo meu). Um poder institucionalizado capaz de amplificar, gerenciar e avaliar, igualando desejos e necessidades, ao mesmo tempo gerando lugares vazios de sentidos e a imersão de necessidades contínuas e antagônicas. Fragilidades de um poder que se pretende autossuficiente e inquestionável, que:

[...] não se consegue dar conta, [considerando] jogos de linguagem que podem produzir novas significações contingentes. Toda e qualquer representação provisória [...] é sempre apenas uma parte limitada da possibilidade de significação. (MACEDO; LOPES, 2011b, p. 253, grifo meu).

Considera-se a política como disputa, em articulações, destacando-se centros provisórios de poder, contingenciais e precários. Pode-se entender o currículo como constituinte e componente de disputas, imerso em um jogo difuso, incerto e com múltiplos participantes, discursivo, performático e antagônico, onde a diferença é tornada fronteira nomeada e vigiada. O currículo, portanto, “[...] como prática que envolve relações de poder e que produz identidades sociais” (MACEDO, 2006a, p. 287).

Macedo e Lopes (2011a) ressaltam que não se deve fixar sentidos para o currículo. Observam a experiência, nas múltiplas formas de enunciação do currículo, como questão de partida para as discussões do campo curricular. Segundo as autoras (2011a, p. 19), “Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado de currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências [...]”.

Precisamos pensar o currículo mais como algo que está sendo do que como algo que já foi. Essa tarefa envolve, a meu ver, buscar respostas que deem conta da dinamicidade do currículo, das relações de hegemonia provisórias nele presentes. (MACEDO, 2006b, p. 104).

Os estudos realizados por Macedo e Lopes privilegiam o currículo como arena de disputas, de circulação e produção de poder. Para além da caracterização do currículo pela multiplicidade de experiências e ações de planejamento, o currículo envolve articulações ambivalentes, desejos e repulsas, de modo não polarizado, de fixação de sentidos que

predominam provisoriamente. O currículo é movimento, não é algo objetificado, é ação, “[...] como um processo mais do que uma coisa [...]” (MACEDO; LOPES, 2011a, p. 35). São movimentações instáveis, por ações não esquemáticas, constituindo-se através de, do que, a partir de. Ações que não se fecham completamente, adiando a ilusão de fechamento total de sentidos. “A norma (*sic*) para o currículo, portanto, não é o consenso, a estabilidade e o acordo, mas o conflito, a instabilidade, o desacordo, porque o processo é de construção seguida de desconstrução, seguida pela construção” (CHERRYHOLMES, 1988, p. 149 *apud* MACEDO; LOPES, 2011a, p. 37).

Nessa perspectiva, os estudos sobre o currículo passam pela ideia de instabilidade, mesmo nos momentos de predominância de sentidos e nos acordos que se pretendam naturalizados, perspectivando a diferença como perturbadora, um escape sob os esquemas polarizados e de resistência. A produção curricular e as políticas que as subsidiam são vistas como produções híbridas, superando a ideia de transferência, inserindo o componente do inesperado, de traduções impossíveis e de imersão súbita da diferença; de acordo com Macedo (2006a, p. 289), “[...] como práticas ambivalentes que incluem o mesmo e o outro num jogo em que nem a vitória nem a derrota jamais serão completas”.

Como defende Skliar (2002), um outro que, ao contrário do outro multicultural, é político, “que não vive somente para contestar o malefício, que não se alinha facilmente a uma cultura que pode ser ordenada como múltipla, que não pode ser reduzido [...] a uma ação apenas relacional e comunicativa. (SKLIAR, 2002, p. 202 *apud* MACEDO, 2006a, p. 290).

Ao longo de processos de articulações e disputas, sentidos predominantes, em comum, vêm “coisificando” o currículo, concebendo-o utilitariamente através de diferentes modos de cooperação, produzindo necessidades artificiais generalizadas. O currículo, especialmente representado por documentos oficiais, é apresentado como roteiro para ação comum, sob diferentes demandas. Para Macedo e Lopes (2011a, p. 22), a aplicabilidade de um currículo concebido utilitariamente é “[...] tarefa certamente nada fácil, na medida em que se estaria frente a um sem-número de objetivos definindo comportamentos os mais diferentes, desde simples habilidades até capacidades de julgamento bem elaboradas”. Uma propaganda ilusória, de garantia de oportunidade para todos, uma realização de sonhos.

Necessidades artificiais generalizadas vinculam-se as produções de sentidos precariamente consensuais que, por sua vez, vinculam-se aos discursos prescritivos,

fragilmente unificados, produzidos ao longo de inúmeros processos não lineares, formando cadeias de equivalência, também provisórias. “São um ato de poder, na medida em que esse sentido passa a ser compartilhado e aceito” (MACEDO; LOPES, 2011a, p. 40). A exemplo:

Trata-se, em última instância, de um modelo centrado na ação vertical do Estado [...], depositário de uma concepção linear de poder. Concepção que leva os estudos a negligenciar os espaços [...] abertos por ações não previstas, [...]. [...] e o espaço da escola como produção cultural é negado [...] em que o dia a dia da escola é regido por normas que lhe são externas. (MACEDO, 2006b, p. 103).

Produções de sentidos criam diferenciações, fixando-as e construindo fronteiras simbólicas, produzindo uma relação imagética e imaginária sobre a diferença. A definição de algo é a exclusão de muitos outros não nomeados, como oposto ao definido, ocupando o diferenciado, posições fixas, estereotipadas e subalternizadas, alimentadas por um sem fim de simbolismos impuros, “[...] ao mesmo tempo em que reconhece a diferença, a repudia, produzindo conhecimentos, que são utilizados no exercício da vigilância” (MACEDO, 2006a, p. 293).

Uma produção de sentidos precária e contingente, que negocia com a diferença, legitima o contexto de sua criação, mascarando e ressaltando muitas ausências, os outros, os que não estão dentro.

No entanto, é também verdade que essa dominação, por sua própria natureza híbrida, cria regiões de fronteira em que se torna obrigatório negociar o inegociável e é nessa região que reside nossa esperança de construção de uma política da diferença. É claro que não se trata de uma resistência capaz de surgir do nada, mas de um processo que pode ser construído por aqueles que habitam na fronteira entre diferentes identidades culturais [...]. (MACEDO, 2006b, p. 111).

Apontamentos teóricos sobre a diferença

Nos textos pesquisados, é possível observar alguns entendimentos sobre diferença, defendidos por Elizabeth Macedo e Alice Lopes. A diferença, para as autoras, está no âmbito do imprevisível. A diferença, gerada na similaridade de sentidos, é fixada na porosidade e instabilidade das fronteiras, o outro que não sou eu, mas é por ele que eu me agrego e me distancio, torno-o subordinável. Quando capturada, a diferença é tomada como diversidade, estereotipada, a cópia de uma imagem caricata, tornando-a identificável, reconhecida. Uma diferença nomeada, gerada por contextos que a reconhecem como o outro e que se utilizam da promessa de estabilidade, no desejo comum de busca e preenchimento da falta. Uma diferença que não é diferente, um borrão, uma cópia do que se deseja regulado.

Sobre o diferente, imprevisível, Macedo e Lopes (2011c) afirmam que é ilusório um estudo em que se chegue a conclusões sobre, pois, seria uma nomeação e entendem que a diferença não é nomeável. Possibilidades teóricas constituídas sobre a diferença serão precariamente provisórias. Um caminho proposto é ir além da identidade, da pluralização e da localização, do “diferente gestado”. Propõe-se um passo adiante das apropriações sobre identidade, para a discussão sobre a diferença, adiante das admissões de sentidos. Ir adiante da pluralização e da diversificação, em que o outro constituído é tornado variante do mesmo, de uma similaridade ideal. “Diversidade não é o mesmo que diferença, na leitura pós-estrutural que estamos propondo: o diverso é, na verdade, outra manifestação do mesmo”. (MACEDO; LOPES, 2011c, p. 226).

Outro aspecto a ser superado, para o estudo e as análises sobre a diferença, são as apropriações que realizamos sobre a ideia de localização. Admitir a localidade de pessoas e sentidos sugere o aprisionamento, a delimitação e a construção de contornos que aprisionam a atuação. Constroem-se fronteiras, que, sabemos, são nuvens de vapor que, num sopro, se desfazem. São lugares produzidos, definindo grupos e suas atuações. Não há um *a priori* para a constituição e a localização.

Estamos acostumados a perceber tanto as identidades raciais e étnicas quando as vinculadas às classes sociais como lugares estruturais em que os sujeitos são posicionados. No caso das identidades raciais e étnicas, esses lugares são definidos por um passado partilhado, assim como, nas perspectivas conservadoras, por características biológicas comuns. Em se tratando de classes sociais, a determinação vincula-se ao mundo econômico ou à estrutura do sistema produtivo. Em ambos os casos, são lugares fixados, mesmo que em sua maioria históricos (não naturais). Essa fixação cria a ilusão de que algo positivo na definição dessas identidades, ou seja, que elas remetem mesmo a um sentido que lhes é próprio. (MACEDO; LOPES, 2011c, p. 228-229).

Deparamo-nos com o diferente, como na experiência de um *flash* de uma imagem, que, sem anúncio, ocorre tão rapidamente, que ficam seus fragmentos em nossa memória, ofusca os olhos acostumados ao que lhe aparenta regularidade e nos intranquiliza. Não há o diferente pronto; criamos, a partir dos rastros de imagens, possibilidades de anunciação de um outro sempre incompleto. Identidade, diversidade e pluralidade carregam sentidos e traduzem o que não deveria ser traduzido, no caso, a diferença. “Abrir o currículo à diferença implica recusar a perspectiva da identidade, rechaçar as fixações que criam as identidades como golpes de força sobre a possibilidade de ampla significação”. (MACEDO; LOPES, 2011c, p. 227).

O entendimento da diferença, não anunciada, não polarizada às similaridades, requer pensar, entre fronteiras, os antagonismos que as constituem. Entre espaços, que geram escapes não previstos, adiando indefinidamente os acordos, na sua capacidade de fechamento completo. “Trata-se de ver o currículo como um processo de produção de sentidos, sempre híbridos, que nunca cessa e que, portanto, é incapaz de construir identidades”. (MACEDO; LOPES, 2011c, p. 227). A diferença promove um estranhamento constante, em que os sentidos compartilhados nunca a alcançarão completamente.

A busca é por posicionamentos, dar sentido as ações realizadas, uma nomeação. Uma ilusão de pertencimento, negociada em inúmeras articulações desordenadas e provisórias, sofrendo crises contínuas de fixação, pois, são processos de articulação sempre abertos e descentrados.

[...] uma pretensão realista. Ao nomear o negro, a mulher, o sujeito racional, o trabalhador, as perspectivas que operam com a identidade fixa ou essencial estão pressupondo que há algo real e específico desses sujeitos expresso pela nomeação. Fantasiam uma perfeita representação entre o termo e a coisa. Esta fantasia lhes permite falar pelo outro. [...] esses termos nada significam em si, mas apenas pela diferença em relação a outros termos que lhes servem de contraponto. Assim, negro só tem sentido pela oposição a branco, mulher a homem, sujeito racional a animal irracional e trabalhador a capitalista. Ou seja, identidades são definidas pela sua diferença em relação a outras identidades e não por algo que lhes é próprio (MACEDO; LOPES, 2011c, p. 223).

“Diferenças gestadas” são provisórias e sua precariedade está fragilmente amparada em discursos embebidos pela racionalidade, saturados pelas lógicas histórica, natural, essencial e estrutural. Discursos que deslocam, para dentro e/ou para fora, muitos outros, para o comum incompleto.

A diferença nas políticas de currículo

Observa-se nas políticas curriculares a contínua presença de articulações e acordos exógenos e prescritivos às escolas, aos professores e aos alunos. Resultados provisórios e precários, dissimulados em propostas documentais. Articulações que, por um lado, promovem a centralização e homogeneização de políticas e, por outro, a constituição de exclusões e de sustentação dos contextos que as criam. Ao analisar as políticas curriculares e a questão da diferença atenta-se para o processo que articula a organização de discursos tornados predominantes, bem como a produção de diferenças que os sustentam.

A dimensão, o tom e o ângulo de discussão sobre a diferença nas políticas de currículo dependerá do tipo de abordagem que se faz sobre o currículo e como se conceitua a diferença. A discussão que vem sendo apresentada ao longo do texto entende o currículo como arena de disputas discursivas, pelo poder da enunciação, se articulando hibridamente. Enunciações performáticas e produtoras de diferenças, localizando o que está dentro e o que está fora, a partir de fronteiras porosas, “[...] jogando numa zona de ilegitimidades todas as demais manifestações. Na medida em que o currículo constitui um ambiente simbólico, material e humano [...]” (MACEDO, 2006c, p. 175).

Nas análises das políticas de currículo, Macedo e Lopes destacam as articulações e os desdobramentos das políticas públicas educacionais para o campo curricular. As articulações ao redor das políticas curriculares estão envolvidas por movimentos de não oposição, de não submissão e de um não lugar. Significa dizer que as relações envolvidas e as negociações realizadas não se ativam a partir da polarização, pela submissão de um pelo outro, bem como pela existência, *a priori*, de localizações e pertencimentos prévios e fixados. Consideram-se as aproximações, reconhecendo assimetrias nesses processos, sempre abertos. Segundo Macedo (2014, p. 1537), há “[...] uma pluralidade produzida no embate indecível entre as lógicas da diferença e da equivalência” e “[...] as articulações que as constituem deslizam na medida em que tanto os problemas quanto as soluções não são estático(s)” (MACEDO, 2014, p. 1538).

Nas articulações provisórias e contingentes, consideram-se certos movimentos produzidos nos processos de negociação, capazes de influir, de modo predominante, influenciando espaços vizinhos, como exteriores constituídos, organizando e promovendo aproximações. Ressalta-se que os discursos organizados não são resultantes de cooptações, não há uma relação de subsunção, há aproximações, há intencionalidades.

Assim, não é a estrutura que define as posições de sujeito, mas o sujeito que, ao decidir por uma posição de sujeito, articula a estrutura. Como há muitas e contraditórias posições de sujeito possíveis, a solução da crise da estrutura deslocada sempre envolve articulações hegemônicas contingentes. Pressionados por um exterior constitutivo, diferentes posições de sujeito tentam preencher o significante vazio que funciona como ponto nodal que organiza a estrutura. Dessa forma, posições hegemônicas funcionam como mitos que visam preencher a estrutura deslocada, conseguindo fazê-lo apenas parcialmente e por um tempo, até que são confrontados com novos eventos não-simbolizáveis. (MACEDO, 2009, p. 91).

Articulações e movimentos discursivos predominantes, constituindo-se como exteriores constitutivos, tendem focar nas ausências, em explorar os vazios deixados pelo

provisório e pelo contingencial, sob demandas tornadas comuns. Em se tratando da educação, com desdobramentos para o currículo e as políticas curriculares, produzem-se significantes vazios, gestados pelo sentimento do erro, do que precisa ser consertado. No caso da educação, a ineficiência e a busca pela qualidade, salvadora e solucionadora dos problemas, são constituídas para o preenchimento da falta, como uma promessa, uma impossibilidade que cria exclusões, pois “[...] envolve falar em nome de um objetivo universal impossível [...], muitas vezes à custa de demandas particulares. Essas demandas precisam ser esvaziadas de sentido, transformadas em significante vazio, o único capaz de encarnar a completude ausente” (MACEDO, 2009, p. 91).

Além de um exterior constitutivo, de organização dos discursos, as articulações e as predominâncias de poder, então produzidas, necessitam de repetição constante, por conta da provisoriedade e precariedade dos exteriores que, por elas atuam, da promessa que se esvai, mais que precisa ficar. O espaço institucional pode ser visto como ambiente de repetições, por meio de gestação de performances, de exteriores constitutivos, articulando comparações, inovações, estímulos e a aceleração, incentivados por narrativas de sucesso, sustentadas por imagens ideais, por estratégias que economizam a vida. Na manutenção de uma pretensa unidade, nas inúmeras possibilidades de escapes que ocorrem sem anúncio, mesmo nos processos institucionalizados, busca-se “[...] um princípio de gestão estritamente funcional e pragmático [...] cuja regulação é estabelecida por meio de fixação de metas e mensuráveis que deverá levar a mecanismos de prestação de contas [...]” (BRASIL, 2014, s/p apud MACEDO, 2015, p. 893).

No processo de convencimento dos discursos predominantes observa-se o poder da imagem na gestação de ideais. Imagens captando demandas insinuadas, formadas por ícones e símbolos alusivos à igualdade que, de acordo com Macedo (2009, p. 94), traz “[...] a ideia de que as políticas públicas não devem priorizar grupos específicos, mas garantir mínimas condições e iguais oportunidades a toda a população”, promovendo uma ilusão de acesso e alcance de direitos, convencionalmente constituídos. Para Macedo (2009, p. 104), “[...] jogam as demandas da diferença para a margem numa articulação que permite o controle desse espaço, já em si marginal, por discursos universalistas”, compensando a sensação impossível de completude. Um custo “[...] da nossa própria subjetividade ao desaparecemos nas

melhores práticas que sustentam nossa fantasia de onipotência, provoca nosso esvaziamento e nos histericiza” (TAUBMAN, 2009, p. 148 apud MACEDO, 2014, p. 1553).

Trata-se de uma igualdade formal dos indivíduos perante a lei que, embora apresentada como a única forma de produzir sentidos para a política, refere-se a uma formulação derivada do republicanismo francês que vem sendo posta em cheque pela emergência dos movimentos que reivindicam o reconhecimento da diferença. (MACEDO, 2015, p. 896).

O ideário da igualdade, formado nas cadeias de equivalência, articula-se no perceptível comum e precisa lidar com as impossibilidades que emergem do imponderável. De acordo com Macedo (2009, p. 98), “A cadeia privilegia a concepção universal [...], no entanto, precisa responder também às demandas entorno da diferença [...]”, compondo relações ambivalentes que, ao mesmo tempo que gestam o diferente, buscam omiti-lo, optando por tratar “[...] na perspectiva da pluralidade ou diversidade, o que se faz em detrimento da diferença” (MACEDO, 2006c, p. 163).

A criação do diferente e da diferença, pelas articulações que se tornam predominantes, com propósitos universalistas, ao mesmo tempo que reconhece e repele-a, estereotipa o diferente como instável e/ou incapaz. Individualiza-o, nomeia, confina-o e realiza o controle das margens/fronteiras em que foi posicionado. Para Macedo (2009, p. 100), “[...] repele o outro para perceber-se completo, mas o ato da repulsão permanece como um testemunho de sua incompletude”. A diferença “[...] surge como uma espécie de deficiência de alguns sujeitos que precisa ser minimizada [...]” (MACEDO, 2006c, p. 172).

A construção de identidades pode ser considerada uma estratégia que, além do propósito da nomeação, uma tentativa de tornar similar o que é diferente, também promove a individualização, a responsabilização do sujeito, no processo de tornar-se diferente, de sua exclusão e caracterização. Na individualização da diferença, as exclusões são derivadas de ações do sujeito, sendo-lhe creditado as oportunidades de escolha, a partir das variantes de um mesmo modelo. De outro modo, entende-se que as relações não são polarizadas, não se constituindo por ações que, para tornarem-se viabilizadas, tenham que partir do *eu* ou *ele*, em ser igual ou diferente. Não se trata de um processo feito apenas por escolhas. Compreende-se o sujeito como ativo nas relações em que esteja participando e, também, um sujeito presente em relações que estão em andamento e que não depende somente de sua vontade. Os sujeitos não são voluntaristas, mas, também, não se encontram enredados por tramas deterministas,

vão se fazendo no processo, pois “[...] os sujeitos não preexistem [...]. Eles não possuem identidade prévia [...] são constituídos na ação política, de forma específica e contingencial” (MACEDO, 2014, p. 1537).

Nomeando os sujeitos, tornando-os indivíduos unicamente responsáveis por seus atos, estes são isolados em espaços que lhes são pré-determinados, mas que, não existem enquanto espaços próprios. São fronteiras de ilegitimidade, de tensões não resolvidas. O diferente individualizado, tornado o oposto, o outro, o ilegítimo e impuro. Entende-se, de outro modo, o diferente como imponderável, não inventável e emergente nos escapes. Segundo Macedo (2017, p. 520), “[...] os instrumentos normativos são uma tentativa de controle da imprevisibilidade em suas múltiplas formas de existir [...]”.

Correndo o risco da estereotipia ou de ir de encontro ao meu argumento de valorização da diferença, vou me permitir o absurdo de nomear esse fantasma de *o imponderável*. A escolha quer fazer referência ao imprevisível, mas também ao que não é digno de avaliação, sem deixar de considerar o sentido físico de algo que, como a luz, não tem peso. Como o imponderável não é capturável [apesar do meu exercício tolo de nomeá-lo], ele vai pipocando aqui e ali, lembrando a insuficiência do controle que o discurso hegemônico pretende constituir. E vai sendo por ele contido. (MACEDO, 2014, p. 1550).

Considerações finais

No artigo buscou-se apreender conceituações sobre a diferença, bem como sobre política e currículo, e as possíveis articulações entre essas três temáticas de estudo. Estudos que não privilegiaram os sistemas de poder, o Estado, a estrutura e a ideologia. Nos aportes teóricos que fizeram parte dessa pesquisa, as estruturas políticas são reinterpretadas como redes de poder, mais abertas e não determinantes, bem menos centradas, com muitos pontos nodais, mais instáveis e propícias a constantes contingências. Questões de política local ganham destaque sobre as grandes articulações, abstratas e exteriores, onde o poder é apenas refletido e nunca produzido no âmbito do cotidiano.

Ressaltam-se alguns aspectos que devem ser ratificados que, ao longo do texto, podem dar margem a interpretações não feitas ao propósito da discussão. Primeiramente, deve-se esclarecer que, apesar do entendimento de que os sujeitos possuem ações dotadas de intencionalidade e que participam ativamente, mesmo de que forma assimétrica, nas articulações em curso, não se considera que os sujeitos estejam numa posição voluntarista. Também, ao valorizar a contingência e o imponderável no processo político, no decorrer do

texto, não está se renunciando à política, mas, apostando que articulações não estão dadas, não existem pertencimentos *a priori*, são consagradas nas disputas diárias e não nos esquemas fechados e inacessíveis.

O estudo sobre a diferença requer o entendimento de que as relações são difusas, incompletas e incontroláveis. Nunca se chegará a uma definição, a um fechamento sobre a questão da diferença. O mesmo entendimento pode se aplicar para a política e o currículo. A precariedade das articulações é o aspecto que interliga essas discussões, considerando que as relações sejam não binárias, não recíprocas e ambivalentes. A presença dos estudos culturais é uma opção para constituir novos caminhos de pesquisa para o entendimento da relação entre a política, o currículo e a diferença.

Além do estudo bibliográfico, por meio da pesquisa documental pode-se contribuir para ampliação das discussões sobre a questão da diferença por meio dos documentos oficiais. Também é necessária a utilização de outras estratégias metodológicas para aprofundamento e atualização dos estudos sobre as políticas curriculares e a questão da diferença no cotidiano escolar, espaço de produção cotidiana de políticas curriculares.

Referências

BAUMAN, Zigmunt. **Não tenham medo da incerteza**. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/575079-nao-tenham-medo-da-incerteza-artigo-de-zygmunt-bauman>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n. 2, jul./dez, 2006a.

_____. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32 maio/ago. 2006b.

_____. A diferença nos PCN do Ensino Fundamental. In: MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice (Orgs). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez Editora, 2006c. p. 159-186.

_____. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos PCN. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, jan./abr. 2009.

_____. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **E-Curriculum**, v. 12, n. 03, out./dez. 2014.

_____. Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 133, out./dez. 2015.

_____. Base Nacional Curricular Comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista**, v. 32, n. 02, 2016.

_____. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, abr./jun., 2017.

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice. Currículo. In: _____. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011a. p. 19-41.

_____. Política. In: _____ (Orgs.). **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011b. p. 233-253.

_____. Identidade e diferença. In: _____ (Orgs.). **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011c. p. 216-232.

SILVA, Lidianne. et al. **Pesquisa documental**: alternativa investigativa na formação docente. IX Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 2009.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, n. esp., s/v, s/n. 2007.

Recebido em: 14/09/2017.

Aceito em: 01/12/2017.